



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

EXPEDIENTE

14 / 05 / 26

REQUERIMENTO Nº 304 /2026.

Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal,

A Vereadora infra-assinada, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que seja encaminhado expediente ao Poder Executivo Municipal, especialmente à Procuradoria Municipal e à Secretaria de Educação, para que prestem informações detalhadas, acerca do encaminhamento do Projeto de Lei para a regulamentação da função pública de Professor de Atendimento Educacional Especializado.

Conforme Ata da Audiência Pública realizada em 05 de março de 2026, o Subprocurador do Município, Dr. Álvaro Faria de Andrade, assumiu o compromisso de encaminhar, até o dia 31 do mês de março:

- Projeto de Lei, regulamentando a função pública ou o cargo de Professor de Atendimento Educacional Especializado.
- Calendário bimestral de capacitação continuada dos profissionais que atuam na área educacional.

Ainda, em data pretérita, durante conversa informal na Procuradoria Municipal, fui informada de que o Projeto de Lei se encontrava redigido, faltando, apenas, o impacto financeiro orçamentário. Entretanto, até a presente data, nenhum Projeto de Lei foi encaminhado ao Poder Legislativo. Motivo pelo qual, questiona-se:

1 – Em qual data o Projeto de Lei será encaminhado para o Legislativo Municipal?

2 – Caso não seja encaminhado, que seja encaminhada justificativa fundamentada, esclarecendo o motivo de não cumprimento do avençado.



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

3 – Em qual data o Calendário de capacitação será encaminhado para o Legislativo Municipal?

4 – Caso não seja encaminhado, que seja encaminhada justificativa fundamentada, esclarecendo o motivo de não cumprimento do avençado.

Requer-se, ainda, que as informações sejam prestadas com a devida precisão, indicando responsáveis, datas, locais, documentos e medidas adotadas, garantindo-se a fiscalização efetiva e a pronta correção das falhas, sobretudo nos pontos citados.

Sala das sessões, 13 de maio de 2026.


VEREADORA SIMONE DO CARMO



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata da Audiência Pública convocada para debater a regulamentação da função/cargo de Professor de Atendimento Educacional Especializado.

1/4

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER A REGULAMENTAÇÃO DA FUNÇÃO/CARGO DE PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

Aos cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às 18:30 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, realizou-se Audiência Pública para debater a *“regulamentação da função/cargo de Professor de Atendimento Educacional Especializado”*, em atendimento ao requerimento nº 871/2025, de autoria das Vereadoras Simone do Carmo e Damires Rinarlly e do Vereador Pedro Américo. Abertos os trabalhos, verificou-se a presença dos seguintes Vereadores: Damires Rinarlly Oliveira Pinto, Pedro Américo de Almeida, Simone do Carmo Silva e Washington Fernando Bandeira. Compondo a Mesa Coordenadora dos Trabalhos, estiveram presentes: Vereadora Simone do Carmo Silva, Presidente desta Audiência; Vereadora Damires Rinarlly Oliveira Pinto, Secretária desta Audiência; e Vereador Pedro Américo de Almeida. Compondo a Mesa dos Trabalhos, estiveram presentes: Rafaella Cristina Justino Nonato dos Santos, representante da Associação de Mães Unidas Pela Deficiência - AMUPD; Silvana de Lourdes Silvestre Narcizo, professora representante da função de Atendimento Educacional Especializado; Maria Lúcia de Souza, professora representante da função de Atendimento Educacional Especializado; Sheila Maria Lana Larcher, presidente da Associação de Familiares e Autistas Unidos pelo Autismo; Maurilena dos Santos de Souza Queiroz, Assistente Social - SEMED / NAP - Núcleo de Acolhimento Psicossocial; Liamara Fontes da Silva Verdolim, membro da Comissão de Educação Especial; Maria Isabel Lana de Faria Campos, secretária do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Stefani de Oliveira Miranda, representando o Secretário Municipal de Administração; Doutor Álvaro Faria de Andrade, Subprocurador do Município; Flávia Fátima Resende Gonzaga Silva, Secretária Adjunta de Educação; e Cirley José Henriques, Secretário Municipal de Educação. Foi registrado o recebimento de justificativas de ausência dos Vereadores Arlindo Rezende Fonseca, Erivelton Martins Jayme da Silva, Maria da Conceição Aparecida Toledo Soares de Almeida, Oswaldo Alves Barbosa, Regina da Silva Costa, Roger Diêgo Evangelista e Samuel Carlos de Souza. A seguir, a Secretária da Audiência, Vereadora Damires Rinarlly Oliveira Pinto, informou aos presentes a sistemática que seria adotada na condução da Audiência, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 003, de 22 de junho de 2009, e que esta Audiência seria gravada em áudio e vídeo e lavrada Ata com o resumo dos trabalhos, cuja cópia será disponibilizada a todos os interessados. A

Silva



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata da Audiência Pública convocada para debater a regulamentação da função/cargo de Professor de Atendimento Educacional Especializado.

2/4

seguir, a Vereadora Simone do Carmo Silva fez uso da palavra, explanando sobre o contexto do tema debatido nesta Audiência, qual seja, a importância do serviço de Atendimento Educacional Especializado – AEE para os ambientes de ensino, bem como sobre a necessidade de regulamentação dessa função no Município. A seguir, Liamara Fontes da Silva Verdolim fez uso da palavra, apresentando informações sobre o atual cenário do serviço de Atendimento Educacional Especializado no Município. A seguir, Maria Isabel Lana de Faria Campos fez uso da palavra, falando sobre as ações comumente desenvolvidas pelos professores de Atendimento Educacional Especializado nas rotinas de ensino e sobre a necessidade de valorização desses profissionais. A seguir, Sheila Maria Lana Larcher fez uso da palavra, destacando a importância dos professores de Atendimento Educacional Especializado e questionando como está sendo feita a capacitação desses profissionais atualmente; afirmou que esses professores precisam ter planos pedagógicos. A seguir, Rafaella Cristina Justino Nonato dos Santos fez uso da palavra, descrevendo o relato de um caso ocorrido esta semana e que foi levado ao conhecimento da AMUPD, relacionado a dificuldades no recebimento de educação especializada por uma criança matriculada em unidade de ensino do Município. A seguir, Silvana de Lourdes Silvestre Narcizo fez uso da palavra, falando sobre seu histórico de atuação como professora de Atendimento Educacional Especializado; destacou os desafios enfrentados pelos profissionais dessa área. A seguir, Maria Lúcia de Souza fez uso da palavra, falando sobre a necessidade de regulamentação do serviço de Atendimento Educacional Especializado. A seguir, Maurilena dos Santos de Souza Queiroz fez uso da palavra, descrevendo suas impressões acerca de um curso de capacitação para Atendimento Educacional Especializado, com duração de 360 (trezentos e sessenta) horas do qual participou; falou sobre o trabalho desenvolvido junto ao NAP. A seguir, passou-se à oitiva do Público presente. Márcia Viana Carvalho, membro da AMUPD, afirmou que o AEE não é um favor, mas, sim, uma ponte entre o aluno e o aprendizado. Priscila Caroline Vieira narrou dificuldades enfrentadas durante o ensino de seus filhos, que necessitam de atendimento educacional especializado, atualmente matriculados na Escola Municipal Jair Noronha; afirmou que seu filho tem regredido no nível de aprendizado, devido à inadequação do serviço de educação recebido por ele; pugnou pelo fornecimento de suporte suficiente para os alunos, com profissionais capacitados e em quantidade adequada para o número de estudantes. A seguir, a Vereadora Simone do Carmo Silva fez uso da palavra, afirmando haver muitas divergências entre o que é relatado pelos pais

Priscila



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata da Audiência Pública convocada para debater a regulamentação da função/cargo de Professor de Atendimento Educacional Especializado.

3/4

e o que é informado pelas unidades de ensino à Secretaria de Educação. A seguir, Cirley José Henriques fez uso da palavra, afirmando que o Município está aumentando, em mais de 50%, o número de professores de AEE nas salas de recursos multifuncionais; que esse ano haverá a prestação do serviço de AEE na Escola Municipal Jair Noronha; reconheceu a necessidade de se melhorar a educação inclusiva no Município e que 360 (trezentos e sessenta) horas é uma carga horária insuficiente para os cursos de capacitação em AEE. A seguir, Flávia Fátima Resende Gonzaga Silva fez uso da palavra, afirmando que, atualmente, o Município possui 32 (trinta e dois) Professores de Educação Básica - PEB-1, 3 (três) Professores de Educação Inclusiva que atuam em creches, e 3 (três) PEB-1 capacitados para intérpretes de libras. A seguir, a Vereadora Simone do Carmo Silva fez uso da palavra, manifestando sua indignação com os profissionais que se dizem capacitados, mas, na verdade, nem sequer realizaram de verdade o curso de capacitação; defendeu a necessidade e a importância das avaliações de desempenho desses servidores. A seguir, Álvaro Faria de Andrade fez uso da palavra, falando sobre sua experiência enquanto pai de uma criança autista; colocou a Procuradoria do Município à disposição para auxiliar na aplicação de ações que visem à melhoria do ensino e do serviço de AEE. A seguir, Flávia Fátima Resende Gonzaga Silva fez uso da palavra, afirmando que o serviço de AEE não necessita, obrigatoriamente, de salas de recursos multifuncionais para ser prestado. A seguir, Rafaella Cristina Justino Nonato dos Santos fez uso da palavra, indagando quantos alunos ficaram sem o serviço de AEE e se, diante da inexistência de salas de recursos, os professores de AEE irão até as unidades de ensino; afirmou ser evidente que a contratação de professores de AEE deve ser priorizada em relação à contratação de professores regentes. A seguir, Liamara Fontes da Silva Verdolim fez uso da palavra, esclarecendo que não possui dados suficientes para determinar a quantidade de alunos que aguardam atendimento, sendo, certo, contudo, que a demanda é grande. A seguir, a Vereadora Damires Rinarly Oliveira Pinto fez uso da palavra, dizendo ter esperanças de melhoria da prestação do serviço de AEE; reforçou a necessidade de uma capacitação continuada dos profissionais envolvidos na cadeia de ensino; afirmou que o ambiente escolar deve ser marcado pelo acolhimento dos alunos e que a educação tem que ter um olhar direcionado, para poder alcançar a inclusão; questionou como é feito o monitoramento do progresso dos alunos que necessitam de AEE. A seguir, Cirley José Henriques fez uso da palavra, afirmando que o PEI - Plano Educacional Individualizado é um importante instrumento para a consecução do progresso educacional; que encaminhará aos

Flávia



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata da Audiência Pública convocada para debater a regulamentação da função/cargo de Professor de Atendimento Educacional Especializado.

4/4

gabinetes dos Vereadores uma cartilha sobre o PEI. A seguir, após sugestões apresentadas pelas Vereadoras Simone do Carmo Silva e Damires Rinarly Oliveira Pinto como encaminhamentos decorrentes dos debates ocorridos nesta Audiência, acordou-se que o Município apresentará nesta Casa Legislativa, até o dia 31 de março de 2026 o projeto de lei de formalização do cargo/função de Professor de Atendimento Educacional Especializado no Município, com atribuições, jornadas, critérios e implantação das salas de recursos multifuncionais, bem como elaborará, também até o dia 31 de março de 2026, um calendário bimestral de capacitação continuada dos profissionais que atuam na área educacional. A seguir, o Vereador Washington Fernando Bandeira fez uso da palavra, defendendo a adoção de ações que viabilizem o acolhimento de mães atípicas. A seguir, o Vereador Pedro Américo de Almeida fez uso da palavra, afirmando que a atuação de todos contribui fortemente para a melhoria das questões aqui suscitadas. A seguir, foram lidas manifestações realizadas no "chat" da transmissão ao vivo desta Audiência no canal do YouTube "Direto do Plenário da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete". Roberta Siqueira questionou se o laudo médico de TEA não dá mais direito ao monitor de apoio; quem, de fato, irá definir se o aluno terá ou não esse direito; se há alguma data prevista para ter sala de recursos na escola Marechal Deodoro da Fonseca (unidade 1); afirmou que, quando uma criança vai para escola sem o mínimo de apoio, atrapalha todo o desenvolvimento da turma, ou seja, gera prejuízo para ela e para os demais; que para ter inclusão é preciso ter responsabilidade. Mônica Silva expressou sua insatisfação com a SEMED, e como ela vem tratando a questão da inclusão na cidade; questionou por que não fizeram uma reunião com os responsáveis pelos alunos que precisam de MEI, no início do ano, explicando toda a situação; ressaltou que a SEMED precisa equipar as salas de recurso, pois em algumas escolas está bem precário. Em seguida, a Presidente desta Audiência agradeceu a presença e a participação de todos, ressaltando a importância da participação popular para a tomada de decisões de interesse da população, declarando encerrada esta Audiência Pública. Para constar, foi lavrada a presente Ata que, após ser lida e aprovada, segue assinada pelos presentes.

Simone do Carmo, Damires Rinarly, Roberta Siqueira, Mônica Silva, Washington Fernando Bandeira, Pedro Américo de Almeida, Presidente
Roberta Siqueira, Mônica Silva, Washington Fernando Bandeira, Pedro Américo de Almeida, Presidente
Simone do Carmo, Damires Rinarly, Roberta Siqueira, Mônica Silva, Washington Fernando Bandeira, Pedro Américo de Almeida, Presidente
Em tempo onde se lê (pai) na página 03 leia-se prima